



Universidades Lusíada

Ferreira, Conceição
Cruz, Cristina
Godinho, Maria Clara
Ramos, Maria de Fátima

Pré-senescentes, uma nova realidade : que desafios para o serviço social?

<http://hdl.handle.net/11067/3951>

Metadados

Data de Publicação	1994
Resumo	O presente artigo constitui uma breve síntese de uma pesquisa, esta traduz-se na primeira abordagem da prática profissional dos Assistentes Sociais com indivíduos pré-senescentes'. Estes indivíduos constituem interesse de estudo devido às vulnerabilidades a que ficam sujeitos, decorrentes das actuais mutações político e sócio-económicas, nomeadamente a saída precoce do mercado de trabalho. Com base no referencial teórico de Aldaiza Sposati constatámos que a prática profissional do Assistente So...
Palavras Chave	Assistentes sociais - Prática profissional, Serviço social com idosos
Tipo	article
Revisão de Pares	no
Coleções	[ULL-ISSSL] IS, n. 10 (1994)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:27:40Z com informação proveniente do Repositório

PRÉ-SENESCENTES, UMA NOVA REALIDADE: QUE DESAFIOS PARA O SERVIÇO SOCIAL? *

Conceição Ferreira

Cristina Cruz

M.^a Clara Godinho

*M.^a de Fátima Ramos ***

Resumo

O presente artigo constitui uma breve síntese de uma pesquisa, esta traduz-se na primeira abordagem da prática profissional dos Assistentes Sociais com indivíduos pré-senescentes¹. Estes indivíduos constituem interesse de estudo devido às vulnerabilidades a que ficam sujeitos, decorrentes das actuais mutações político e sócio-económicas, nomeadamente a saída precoce do mercado de trabalho.

Com base no referencial teórico de Aldaiza Sposati constatámos que a prática profissional do Assistente Social tende a não visualizar nem contextualizar os problemas dos indivíduos pré-senescentes não desenvolvendo estratégias no sentido de os colocar na homogeneidade.

Introdução

A pertinência do tema — O Serviço Social enquanto mediador de Políticas Sociais — decorre do actual contexto em que se encontra o Serviço Social enquanto profissão, na medida em que a intervenção social justifica-se da “(...) profunda inte-

* Trabalho efectuado no âmbito do Seminário de Investigação em Serviço Social e Políticas Sociais — “O Serviço Social enquanto mediador de Políticas Sociais” (1993/94), sob orientação da Dr.^a Beatriz Couto.

** Licenciadas em Serviço Social.

¹ Conceito identificado por E. Greppi, como antecedendo a fase da Senescência, no qual se enquadram os indivíduos entre os 50 e os 65 anos.

racção entre as vulnerabilidades sociais e os contextos de mudança na sociedade”². É deste modo fundamental *conhecer e reflectir sobre a prática profissional do Serviço Social para repensar a sua actuação*.

O estudo da prática profissional do Assistente Social com indivíduos pré-senescentes revestiu-se de enorme importância, na medida em que o Serviço Social é uma profissão cuja prática se contextualiza na mediação das políticas sociais face às vulnerabilidades dos indivíduos. Nesta perspectiva, sendo os pré-senescentes um grupo vulnerável e emergente, coloca-se ao Serviço Social a necessidade de *reflectir sobre o desafio de um possível protagonismo na visualização daquele problema*.

Através da aproximação aos problemas dos indivíduos pré-senescentes verificou-se que esta população pode constituir-se como grupo com características especiais: situações de desestruturação familiar; isolamento; necessidade de ocupação, etc, são motivos que por vezes levam os indivíduos a recorrerem ao Serviço Social das instituições. Com as actuais mutações políticas e sócio-económicas em curso, acresce a este quadro o eventual problema da saída precoce do mercado de trabalho.

Este conjunto de dificuldades associada à incipiente protecção social, coloca estes indivíduos em situação de maior vulnerabilidade.

Neste contexto, pretendeu-se com esta pesquisa *deixar transparecer aos profissionais de Serviço Social a necessidade de operar novas e diferentes mediações, por forma a serem constituídos novos direitos sociais*.

O universo que constituiu a pesquisa foram todos os profissionais de Serviço Social que trabalhavam em instituições num concelho X e que, de algum modo, respondiam aos problemas colocados por indivíduos pré-senescentes.

A técnica aplicada para a recolha dos dados foi a entrevista por questionário, na medida em que requer por parte das entrevistadas um esforço de reflexão e síntese sobre questões pouco exploradas por parte dos Assistentes Sociais.

Pelo facto do grupo etário tomado como exemplo para o estudo da prática profissional constituir um grupo com problemas emergentes, não sendo identificado como objecto específico do Serviço Social, esta pesquisa assume um carácter exploratório. Deste modo, este estudo visou apenas descortinar tendências da prática profissional e não tecer conclusões.

² GUERRA, Isabel, “Estratégias e Metodologias de Inovação em Acção Social”. — *A Acção Social face aos novos imperativos sociais*, Primeiras Jornadas Nacionais, 1991, p. 123.

I — DO PROBLEMA À CONSTRUÇÃO DO OBJECTO

1. Caracterização da População Pré-Senescente

“O envelhecimento do ser humano é um processo cujos componentes morfológicos, psicológicos, fisiológicos e sociológicos se encontram estritamente interligados (...)”³.

“No conceito de E. Greppi, a primeira fase do idoso vai dos 50 anos até aos 60 ou 65 anos (pré-senescência); a segunda fase estende-se dos 65 aos 70 anos (senescência); a terceira fase vai até aos limites extremos da existência, constitui o período da verdadeira velhice; a partir dos 85 anos passa-se à fase da senilidade”⁴.

Os indivíduos pré-senescentes são colocados na charneira da “idade de trabalho” e da “idade da velhice”, situação que requer a organização do seu modo de vida⁵. Comumente são reveladas por estes indivíduos necessidades sociais e culturais, que mais não são do que um modo de vida, onde ocupam um lugar importante os tempos livres, num período da vida em que os problemas de saúde não são ainda predominantes⁶.

Embora este grupo da população não seja ainda idosa, a saída precoce do mercado de trabalho contribui para que seja considerado como tal, sendo comum ouvir falar-se na distinção entre “novos idosos” e “velhos idosos”.

Numa sociedade como a actual, que encara os indivíduos como meros elementos de produção, e que os concebe do ponto de vista económico, o afastamento do mercado de trabalho é indicador da perda do valor social.

O fenómeno de desemprego tem vindo a agudizar-se a partir dos anos 90⁷, mais recentemente começa a incidir não apenas nas camadas mais jovens mas em especial, em indivíduos a partir dos 50 anos⁸. As situações de saída precoce do mercado de trabalho constituem uma realidade recente em Portugal, mas a sua importância poderá aumentar num curto ou médio prazo. Este factor deve-se sobretudo a uma alteração da estrutura do mercado de trabalho decorrente das mutações política e sócio-económicas, nomeadamente da adesão de Portugal à Comunidade Europeia.

³ DESTREM, Hugnes, *A vida depois dos cinquenta anos*, 1975, p. 13/14.

⁴ Idem, *ibidem*, p. 13/14.

⁵ Cf. DELATTE, Janine e PELLEM-BERNARD, Monique, “Les 55-65 ans: L’Ete Indien de la vie. Un enjeu Municipal” in *La vieillesse: L’enjeu? — Les cahier de la recherche sur le travail social*, p. 75.

⁶ Cf. Idem, *ibidem*, p. 79.

⁷ Cf. MARQUES, Fernando, “Demografia, Emprego e Segurança Social”, *Seminário sobre a Segurança Social — Defender e melhorar a Segurança Social*, 1994.

⁸ Cf. INE, *Inquérito ao emprego 4.º trimestre de 1993*, Nota para a Comunicação Social.

Neste contexto, a evolução social opera-se a um ritmo de tal forma acelerado, que a elaboração de políticas sociais para responder aos problemas sociais não o consegue acompanhar.

Concretamente, o sistema de Segurança Social depende das contribuições, quer das entidades empregadoras, quer dos próprios trabalhadores. Deste modo, com a actual situação de envelhecimento demográfico, a crescente taxa de desemprego, a falência de um número considerável de empresas e a dívida do sector empresarial, têm como principal consequência a diminuição das receitas destinadas à Segurança Social, num contexto onde há um aumento considerável das despesas, nomeadamente para as categorias de desempregados e pensionistas. É corrente hoje em dia porem-se em causa as vantagens do sistema de Segurança Social, com frequentes referências aos seus custos e sobretudo à equidade dos serviços que presta. “As correntes liberais e neo-liberais advogam abertamente a substituição, pelo menos parcial, por um sistema de seguros privados (...)”⁹, bem como a organização dos próprios indivíduos.

Embora a Lei de Bases do Sistema de Segurança Social advogue uma protecção aos indivíduos em situação de precaridade relacionada com o trabalho esta é incipiente, na medida em que estão sujeitos a hiatos de protecção que os coloca em situação de desvantagem social.

Face a esta contextualização, a população entre os 50 e os 65 anos encontra-se num “terreno instável”, pois a tendência actual é a de progressiva redução dos direitos sociais. Disto resulta que, em muitos casos, esta camada da população fique isenta de qualquer protecção social ou beneficie apenas de uma escassa cobertura.

Em suma, embora o envelhecimento humano faça parte do desenvolvimento normal dos indivíduos “(...) no decurso dos quinze anos da pré-senescência, a sensação de envelhecer é geralmente ilusória (...)”¹⁰ porque “(...) ainda não existe base fisiológica ou psicológica que permita marcar o início da velhice. O envelhecimento traduz-se por uma diminuição de capacidades adaptativas ao meio (...)”¹¹. Considerando o meio como sendo o actual contexto sócio-político e económico, obviamente que a tendência natural para o decrescer das capacidades destes indivíduos irá contribuir para as crescentes vulnerabilidades a que fica sujeito. Daqui decorre o interesse e pertinência do estudo desta faixa etária, por estar sujeita às diferentes formas de cessação antecipada da actividade profissional.

⁹ MACHADO, João, “Da Assistência à Segurança Social — A evolução do Serviço Social” in *Revista do Serviço Social*, n.º 1, 1992, p. 14.

¹⁰ DESTREM, Hugnes, *A vida depois dos cinquenta anos*, 1975, p. 17.

¹¹ GARCIA, Manuela de Oliveira, “O envelhecimento humano” in *Geriatrics*, vol. 2, n.º 13, 1989, p. 26.

Este grupo da população (pré-senescentes) constitui-se como grupo vulnerável, sobretudo pela fragilidade económica e desinserção social, mais do que por um novo estado resultante da sua idade ¹².

2. A Prática Profissional do Assistente Social com Indivíduos Pré-Senescentes

A prática profissional, objecto de estudo da investigação, baseou-se no referencial teórico de Aldaíza Sposati ¹³. Esta autora descortina duas dimensões da prática profissional: Inserção política e Inserção profissional.

A prática profissional do Assistente Social tem uma dimensão política que transcende a própria prática, na medida em que é inata ao próprio Serviço Social. Deste modo, está sempre presente na intervenção do Assistente Social que, enquanto indivíduo iminente social, possui uma apreensão própria da realidade, à qual subjaz uma dada consciência política.

Sendo o Serviço Social uma profissão que trabalha com e na realidade social, a consciência política que o profissional tem da sociedade, direcciona a forma como ele articula as forças, saberes e poderes ¹⁴.

Assim sendo, segundo Sposati, a prática profissional pode ter duas direcções distintas, ou o Assistente Social trabalha no sentido de manter os indivíduos na heterogeneidade (excluídos) ou trabalha no sentido de os colocar na homogeneidade (construir novos direitos sociais), ou seja, a intervenção é estruturada casuísticamente ou colectiviza os problemas colocados individualmente pelos utentes. “A questão é, pois, a relação entre a homogeneidade (isonomia legal) e a heterogeneidade (desigualdade social) posta na relação de mercado-direito” ¹⁵.

Para o Serviço Social existir enquanto profissão é inevitável uma relação organizacional, ou seja, é a própria instituição que legitima a prática do Assistente Social. O enquadramento institucional define funções, a população-alvo e o grau de autonomia do Assistente Social, às quais está subjacente a política institucional vinculada e alicerçada na política social global, factores que, entre outros, fazem da inserção profissional também uma inserção política.

Enquanto profissional que se encontra vinculado a uma instituição, o Assistente Social pode assumir um carácter institucionalizador, ou seja, “(...) o profissional

¹² Cf. DELATTE, Janine e PELLEN-BERNARD, Monique, “Les 55-65 ans: L’Ete Indien de la vie, un enjeu Municipal” in *La vieillesse: L’enjeu? — Les Cahiers de la recherche sur le travail social*, p. 76.

¹³ SPOSATI, Aldaíza, “Serviço Social em tempos de democracia” in *Serviço Social e Sociedade*, n.º 39, p. 5-30.

¹⁴ Idem, ibidem, p. 21.

¹⁵ Idem, ibidem, p. 26.

sofre a endogenia de «ser de casa» institucionalizando a sua capacidade crítica aos marcos e limites do organismo onde opera”¹⁶. Nesta perspectiva, o Assistente Social reduz a sua prática aos objectivos da instituição. Em contraponto, quando a prática assume uma direcção instituinte, o profissional posiciona-se criticamente face às directivas da organização, tendendo, nomeadamente, na sua prática, a implementar ou alargar as respostas institucionais.

A prática profissional do Assistente Social, pode revelar, ainda, um carácter imediatista, sendo a intervenção caracterizada pela resposta pontual no pedido apresentado pelo utente. Nesta perspectiva, o profissional não procede à construção da situação-problema, o que não favorece a colectivização dos problemas apresentados face aos utentes e, consequentemente a sua visibilidade social.

Componente vital na prática profissional é a população-utente, na medida em que é por ela e com ela que se consubstancia a intervenção do Assistente Social. A forma como o profissional posiciona o utente no processo de intervenção tem subjacente uma dimensão política. Segundo Sposati, muitas vezes os Assistentes Sociais “(...) assumem a função de «super-ego da ação estatal» operando uma regulação tutelar em nome da clientela — (...) inibem a possibilidade da própria população exercer o seu papel de *alter* no jogo da negociação de interesses”¹⁷. Desta forma as capacidades do utente no processo de intervenção são subalternizadas à posição que o Assistente Social pode assumir.

Para retomar o que consideramos ser a questão de fundo da nossa investigação, e de acordo com o pensamento de aldaíza Sposati, a prática profissional pode ter duas direcções distintas, uma que mantém os indivíduos na heterogeneidade e outra que tende a colocá-los na homogeneidade. Cabe ao Assistente Social escolher a direcção que dá à sua prática. Na heterogeneidade existe o risco de centrar os problemas somente nas características individuais. O desejável será, segundo Sposati, trabalhar visando a homogeneidade, ou seja, sempre que ocorra uma situação que esteja fora da «realidade-padrão», ela deverá ser identificada como universal, a fim de superar o carácter de necessidade individual”¹⁸.

“A relação de inclusão/exclusão abre um vasto campo de acção com os grupos discriminados, secundarizados”¹⁹, colocando-se ao Serviço Social um importante desafio perante a população pré-senescente, que poderá ser excluída, mantendo-se na heterogeneidade, ou incluída, passando à homogeneidade; onde os seus problemas passarão a ser encarados não como individuais, mas como comuns a um grupo específico da população para o qual poderão ser constituídos novos direitos sociais.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 21.

¹⁷ Idem, *ibidem*, p. 24.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 26.

¹⁹ Idem, *ibidem*, p. 27.

Os pré-senescentes, como um grupo alvo de uma protecção incipiente, estão sujeitos à lógica da selectividade, uma vez que o “(...) Assistente Social é o profissional institucionalmente legitimado a afirmar a quem cabe o mérito da inclusão”²⁰. Esta lógica não favorece a legitimação de direitos sociais reclamáveis. “Não se trabalha com a lógica das certezas/garantias mas de controle/avaliação do mérito para enquadrar/excluir”²¹. Assim, a forma como o profissional concebe o utente como cidadão ou assistido, vai determinar a sua prática, podendo actuar casuisticamente ou, por outro lado, contribuir para o alargamento dos direitos sociais.

Em suma, pode afirmar-se que a prática profissional é realizada pelos Assistentes Sociais de acordo com a sua visão do mundo, como tal, toda a prática tem uma direcção política. Assim sendo, a prática profissional está em estreita ligação com o profissional que a exerce, pesem embora outros elementos, como sejam a instituição na qual o indivíduo se insere.

Deste modo, face à população pré-senescente, enquanto grupo vulnerável que coloca novos problemas ao Serviço Social, o profissional assume primordial importância em todo o processo de intervenção, na medida em que “(...) possui um grau de autonomia no exercício do processo de inclusão das demandas nas políticas sociais”²².

Em Síntese:

A situação dos pré-senescentes pode não advir das características biológicas e psicológicas inerentes à idade, mas das transformações decorrentes da saída do mercado de trabalho. Esta população é substancialmente atingida por estas transformações, na medida em que já não possuem as mesmas capacidades adaptativas que a população mais jovem.

Existe alguma protecção social, todavia é insuficiente para cobrir os hiatos que ocorrem entre a saída precoce do mercado de trabalho e a idade de reforma.

Mediante o actual contexto económico e social, que subjaz aos principais problemas da população em estudo, a tendência será para um crescente aumento de situações-problema que requerem num futuro próximo o reequacionamento das formas de intervenção social.

O Serviço Social, enquanto profissão que tem uma prática junto das populações em situação de desvantagem social e que é um potencial mediador de políticas

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 20.

²¹ Idem, *ibidem*, p. 15.

²² Idem, *ibidem*, p. 30.

na instituição onde opera, pode desenvolver estratégias no sentido de adaptar/criar medidas de política social, nomeadamente no âmbito laboral e sócio-cultural; que contemplem a população em estudo. Para que tal seja viável, existem elementos essenciais à prática do Assistente Social que se podem consubstanciar pela sua capacidade crítica face à instituição onde opera, à leitura da realidade social e à sua própria intervenção.

O esforço de colectivização dos problemas dos indivíduos em estudo, com o objectivo de construção de novos direitos sociais pode ser operado diferentemente, conforme a visão do mundo que tem o Assistente Social. Esta enforma a prática profissional na perspectiva da inclusão/exclusão social ao fazer a regulação social, contextualizada na lógica económico-política da sociedade capitalista.

Os pré-senescentes são um grupo “por excelência”, exemplo para observar a direcção/intenção da prática do Assistente Social, na medida em que podem situar-se na heterogeneidade, com problemas emergentes, pondo à prova a capacidade crítica do Assistente Social, a qual se traduz na operacionalização de estratégias que tenderão a colocar os indivíduos na homogeneidade.

À prática profissional que tende a colocar os indivíduos na homogeneidade subjaz uma intenção de construção de direitos sociais para os indivíduos, e uma concepção de «Estado Providência», à qual preside a consciência de que a protecção social dos indivíduos, ainda que mínima, é condição «sine quanon» para a coexistência harmoniosa das sociedades de hoje.

Contudo a capacidade crítica do Assistente Social pode encontrar-se limitada a um quadro de intervenção que não tende a considerar os pré-senescentes como um grupo com características específicas. Deste modo, o profissional comprometerá o processo de operacionalização de estratégias tendentes a manter os indivíduos na homogeneidade.

II — Discussão dos Resultados

Com base no modelo de análise construído, ao qual subjaz o referencial teórico de Aldaiza Sposati, traduzido no conceito Prática Profissional do Assistente Social com indivíduos pré-senescentes, surgiram componentes que cruzadas se traduziram na Discussão dos Resultados.

Ressalve-se que, por se tratar de um estudo de caso, as considerações que se sequeuem poderão apenas ser entendidas como tendências da prática do Assistente Social considerados no nosso universo de estudo, não podendo extrapolar-se ilações para outras realidades profissionais.

1. Carácter Imediatista no Atendimento ao Utente

A agregação das componentes Carácter Imediatista e Utente, justificou-se pela necessidade de analisar o carácter imediatista da prática profissional, através da informação relativa à caracterização do utente pré-senescente, a qual se revelou de extrema importância para percebermos se este grupo é visualizado enquanto grupo alvo.

O carácter imediatista poderá estar presente na prática profissional, assumindo grande importância na não visualização e contextualização dos problemas dos pré-senescentes. Isto é, a uma intervenção caracterizada por uma resposta pontual aos problemas colocados pelos utentes e a uma intervenção que atribui a causa da situação ao próprio indivíduo corresponderá, tendencialmente, uma prática que não favorece a visibilidade social dos problemas.

Através da informação recolhida, apercebemo-nos que as profissionais tiveram dificuldade em dar respostas relativas à caracterização dos indivíduos pré-senescentes.

A dificuldade em caracterizar o grupo etário dos pré-senescentes, pode ser um indicador da ausência de sistematização da informação (registos), traduzindo assim, pouca preocupação com a construção social da situação-problema dos pré-senescentes.

Os principais tipos de problemas identificados pelos profissionais situaram-se ao nível da carência económica e de problemas de saúde. Ao colocarmos esta informação em contraponto com as respectivas instituições às quais pertencem os profissionais, verificámos que há tendência para identificarem os problemas consoante a resposta que a instituição dispõe.

Paralelamente, as causas dos problemas identificados pelos inquiridos em primeiro lugar, foram a ausência de prestações pecuniárias de protecção social e a saída precoce do mercado de trabalho, que também parecem corresponder à vocação da instituição e ao tipo de trabalho que as Assistentes Sociais desenvolvem. Não fora este aspecto, poderia afirmar-se que as profissionais visualizam os principais problemas dos pré-senescentes, podendo no entanto este facto traduzir um imediatismo da prática, porque os profissionais ao invés de aprofundarem os problemas têm tendência a limitar a sua análise à “filosofia” institucional.

A forma como os Assistentes Sociais contextualizam a origem dos problemas, pode constituir também elemento indicador da existência de um carácter imediatista na prática profissional. A principal tendência das respostas, aponta no sentido de atribuir a origem dos problemas às mutações políticas e sociais, o que poderia significar que há preocupação com a construção social do problema. Contudo, paradoxalmente num número considerável de justificações relativas àquela opção, as respostas são apresentadas de forma difusa, ou então não justificadas.

2. Relação Organizacional e Carácter Institucionalizador da Prática Profissional do Assistente Social

As componentes Relação Organizacional e Carácter Institucionalizador estão agrupadas pelo facto da relação organizacional ser determinante na manifestação de uma prática institucionalizadora do Assistente Social. São os diversos elementos que constituem a relação organizacional, nomeadamente anos de exercício na profissão; anos de exercício na instituição; autonomia do Assistente Social e categoria profissional, que serão equacionados de modo a verificar se a prática do profissional assume um carácter de tendência institucionalizadora ou, contrariamente, um carácter instituinte.

Uma prática institucionalizadora, como sendo aquela que não se posiciona criticamente face às directrizes da instituição, pode pôr em causa o desenvolvimento de estratégias tendentes a colocar os indivíduos na homogeneidade.

Assim sendo, através dos dados obtidos, constatámos que a média de anos de exercício profissional, assim como os anos de serviço na instituição são elevados, o que, em contraponto com o facto das profissionais tendencialmente identificarem os problemas dos pré-senescentes e as suas causas de acordo com a vocação da instituição, poderá constituir um elemento bloqueador de uma atitude crítica que favoreceria um distanciamento dos profissionais em relação aos limites da instituição.

Por outro lado, a categoria profissional dos Assistentes Sociais que se registou com maior frequência é a de Técnica Superior de Serviço Social Principal. Esta constatação pode ser reveladora da autonomia dos Assistentes Sociais, uma vez que esta categoria profissional, sendo atribuída através dos anos de exercício da profissão e/ou concursos públicos, é indicadora da conquista de um espaço de actuação por parte dos profissionais. Partindo deste pressuposto, pensamos que poderiam estar criadas algumas condições para a implementação ou alargamento das respostas institucionais, o que se pode denotar na elaboração de programas e projectos que maioritariamente são propostos pelos profissionais e submetidos a apreciação superior.

Em contraponto com o grau de autonomia que os profissionais parecem deter, regista-se que a maioria dos Assistentes Sociais não desenvolvem acções tendentes ao funcionamento de grupos de indivíduos pré-senescentes, alegando o facto da instituição não se direccionar para este grupo etário. Saliente-se ainda que um número significativo, considera que não deviam existir respostas específicas para o grupo etário dos pré-senescentes. Através das justificações dadas pode transparecer um descompromisso dos profissionais perante esta questão, remetendo para a instituição a impossibilidade de serem criadas respostas.

3. Relação Regulação Tutelar e Heterogeneidade/Homogeneidade

A regulação tutelar está intimamente ligada com a relação heterogeneidade/homogeneidade, uma vez que é fundamental a forma como o profissional concebe o utente ou enquanto cidadão ou enquanto assistido. Um Assistente Social que considera o utente como cidadão de direitos, não tenderá a assumir uma postura directiva e tutelar, na medida em que o seu conceito de utente tem subjacente o reconhecimento absoluto da pessoa e do cidadão exigindo de si próprio uma prática que reconhece o protagonismo dos indivíduos na conquista dos seus direitos. Se o conceber como assistido definirá uma relação de dependência na qual o utente será subalternizado. Face a uma postura deste tipo, e com a análise anteriormente referida, a inclusão dos indivíduos pré-senescentes na homogeneidade estará comprometida.

Um primeiro indicador pode observar-se pelo considerável número de profissionais que são de opinião que não deveriam existir respostas específicas na instituição e a maioria dos que defendem que tais respostas deveriam existir, apresentam justificações difusas, centrando-as essencialmente na instituição e no indivíduo. É ainda de referir o número de profissionais que não tem um procedimento específico face à ausência de respostas institucionais. Estes posicionamentos, denotando uma falta de iniciativa para alargar as respostas institucionais, não deixam transparecer um dos objectivos inerentes ao Serviço Social: enquadrar as novas necessidades dos grupos em situação de desvantagem social na sua própria prática profissional.

Ao constatar-se esta tendência no sentido do não alargamento das respostas institucionais, podem os profissionais enquadrar ou excluir os pré-senescentes, arbitrariamente, dos direitos instituídos, segundo uma lógica pautada na selectividade.

Como aspecto ilustrativo do que anteriormente foi referido destaca-se que a maioria dos profissionais que realizam animação sócio-cultural, incluem os pré-senescentes em actividades organizadas em função da população idosa, o que poderá criar uma margem de arbitrariedade por parte dos Assistentes Sociais.

Os Assistentes Sociais responderam maioritariamente no sentido da implementação de medidas específicas para o grupo dos pré-senescentes, no entanto, pelo número de respostas difusas ou sem justificação, acrescido das profissionais que não consideram esta opção, poderá vislumbrar-se que existe uma ténue consciência da necessidade de construção de direitos sociais reclamáveis para os indivíduos pré-senescentes.

Quanto ao modo como o profissional posiciona o utente no processo de intervenção, a maioria dos Assistentes Sociais consideram que a atitude predominante na intervenção consiste em orientar o utente no sentido de procurar resposta para o seu próprio problema, o que poderá traduzir a constituição de condições de protagonismo do utente. Contudo, foi identificado, por parte de alguns profissionais uma

atitude inibidora da participação do utente/pré-senescente no processo de intervenção, na medida em que, tentam por si só mobilizar os recursos necessários na resposta ao utente.

Outro aspecto que poderá contribuir para a inibição do protagonismo do utente, é o facto da maior parte dos Assistentes Sociais não desenvolverem acções tendentes ao funcionamento de grupos de reflexão com indivíduos pré-senescentes. Este aspecto poderá ser revelador da ausência de uma estratégia de colectivização dos problemas colocados individualmente pelos utentes/pré-senescentes e a implícita falta de preocupação com a construção de direitos sociais.

Considerações Finais

Considerando que os Assistentes Sociais têm pouca preocupação com a construção social da situação/problema dos pré-senescentes e uma tendência para identificar os problemas destes indivíduos, bem como as suas causas, filtrados pela resposta institucional, então parece estarmos perante uma prática imediatista no atendimento ao utente que, em última análise, bloqueia a visualização e contextualização dos problemas dos pré-senescentes.

Considerando que, na generalidade, os Assistentes Sociais com uma longa experiência profissional associam o tipo de problemas apresentados pelos utentes à resposta institucional e, considerando ainda, que não actuam no sentido de alargar as respostas promovidas pela instituição apesar de terem autonomia para o fazer, então estes profissionais, tendencialmente, não possuem um posicionamento crítico fomentador do desenvolvimento de estratégias tendentes a colocar os pré-senescentes na homogeneidade.

E, por último, considerando que a prática profissional dos Assistentes Sociais com indivíduos pré-senescentes não tende a enquadrar as suas necessidades de acordo com a especificidade de um grupo em situação de desvantagem social e, que existe arbitrariedade no processo de inclusão/exclusão destes indivíduos nas respostas institucionais, então não se verifica a operacionalização de estratégias de colectivização dos problemas individuais por forma à criação de direitos sociais. Assim, os Assistentes Sociais mantendo os indivíduos pré-senescentes na heterogeneidade, não estão a actuar no sentido de os colocar na homogeneidade.

De facto, através do tratamento e análise da informação, verificou-se que algumas profissionais identificam os principais problemas dos pré-senescentes, embora na generalidade pareçam não conseguir visualizá-los e contextualizá-los na sua prática. Nesta medida, o processo de desenvolvimento de estratégias tendentes a colocar os indivíduos na homogeneidade fica comprometido.

Parece-nos estar perante um Assistentes Social com reduzida capacidade crítica, demasiado institucionalizado e pouco sensibilizado para a construção de direitos

sociais para estes indivíduos, trabalhando no sentido de os manter na heterogeneidade.

Esta pesquisa veio alicerçar a consciência da necessidade premente de uma intervenção social que acompanhe as mutações políticas sociais e, como tal, contemple os pré-senescentes enquanto grupo em situação de maior vulnerabilidade, apontando no sentido da construção de direitos sociais.

Ao finalizarmos gostaríamos de acrescentar que pelo carácter exploratório deste estudo não é possível transmitir aos profissionais a visibilidade social que este fenómeno exige.

Pensamos, face à amplitude que este fenómeno assumirá no futuro, ser fundamental a aposta em estudos que dêem a visibilidade necessário à modificação da política social, na qual o Serviço Social encontra o seu grande desafio.

Fica então lançado o desafio!

BIBLIOGRAFIA

- ANTES, Michel, *Travail Social et Pauvreté*, Syros — Alternatives Paris, 1992.
- ANDER-EGG, Ezequiel, *Técnica de Investigação Social*, Ed. Humanitas.
- BARROCO, M.^a Lúcia Silva, “O Novo Código de Ética Profissional do Assistente Social”, *Serviço Social e Sociedade*, n.º 41, Ano XIV, Cortez Editora, Abril, 1993.
- BERNARDO, M.^a Helena Cadete, *Algumas Formas de Resposta à Problemática da Pessoa Idosa*, Junho, 1985.
- BERNARDO, M.^a Helena Cadete, “Intervenção da Segurança Social — Acção Social — Junto da População Idosa” in *Colóquio — A População Idosa no Município da Amadora*, 27 de Novembro de 1987.
- BERNARDO, M.^a Helena Cadete, *O Processo de Envelhecimento*, Março 1993.
- BRANCO, Francisco, “Crise do Estado Providência, Universalidade e Cidadania”, *Serviço Social e Sociedade*, n.º 41, Ano XIV, Cortez Editora, Abril 1993.
- BRISSOS, Adelaide, “Envelhecimento — Algumas Considerações do Ponto de Vista Sociológico”, in Encontro — O IDOSO NO ADVENTO DO ANO 2000, Beja, Novembro de 1993.
- CADERNOS DE FORMAÇÃO — CGTP-IN — *115 Perguntas Sobre Segurança Social*, 1989.
- CARRILHO, Maria José e outros, *Alterações Demográficas nas Regiões Portuguesas entre 1981 — 1991*, INE, Lisboa, 1993.
- CRSS, Anéis, Boletim Informativo n.º 7, Março/93.
- CONCEIÇÃO, Apelles J. B., *Segurança Social — Sector Privado e Empresarial*, Manual Prático, 4.^a Ed. Rei dos Livros, 1992.
- CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES, *Regime de Previdência da Função Pública — Guia do Utente*, Editorial Presença, Lisboa, 1993.

- CARRAÇA, Idalmiro, “Psicodinâmica do Envelhecimento”, *Revista Portuguesa de Clínica Geral*, Vol. 7, n.º 6, Julho de 1990.
- DELATTE, Janine e Monique Pellen-Bernard, *Les 55-65 annés: L’Eté Indien de la Vie. Un Enjeu Municipal*.
- DELATTE, Janine e Monique Pellen-Bernard, *La Vieillesse: L’engeu?*, Les Cahiers de la Recherche sur le Travail Social, 15/88.
- DESTREM, Hugnes, *A Vida Depois dos Cinquenta Anos*, Colecção Psicológica — 10, Paris, 1975.
- GARCIA, Manuela Augusta de Oliveira, “O Envelhecimento Humano”, in *Geriatrics*, 2-13, 1989.
- GUERRA, Isabel, “Estratégias e Metodologias de Inovação em Acção Social”, *A Acção Social Face aos Novos Imperativos Sociais*, 1.ª Jornadas Nacionais, Braga — 6, 7 e 8 de 1991.
- IAMAMOTO, Marilda Villela, *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social*, Ensaios Críticos, Cortez Editora, 1992.
- IEFP, *Desemprego. Pergunte e Nós Respondemos*, 1994.
- KEITH, Jennie, *Old People as People — Social and cultural Influences on Anging an Old Age*, Little Brown and Company, Boston, 1982.
- LEAL, A. Silva, “As Políticas Sociais no Portugal de Hoje”, in *Análise Social*, Vol. XXI (87-88-89), 1985.
- MACHADO, João, “Da Assistência à Segurança Social — A Evolução do Serviço Social”, *Revista do Serviço Social*, n.º 1, Jan.-Abril, 1992.
- MAIA, Fernando, *População Idosa e Segurança Social — Anos 90*, Colecções Estudos (ISPI) 1993.
- PÁSCOA, Mário José Gomes, *Envelhecer em Lisboa*, Comunicação apresentada nos dias 17 e 18 de Maio de 1993.
- PERISTA, Heloísa, *Social and Economic Policies and Older People — Portugal*, CESIS, Lisboa, Junho de 1992.
- PETER, H. Mann, *Métodos de Investigação Sociológica*, 5.ª edição, Biblioteca das Ciências Sociais, Zahar Editores, 1983.
- QUIVY, Raymond, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, ed. Gradiva, 1992.
- REVISTA *Serviço Social*, vol. 38, n.ºs 2-3, 1989.
- REVISTA *Serviço Social*, vol. 40, n.º 2, 1991.
- RIBEIRO, Maria José Henriques, *A Velhice eo Envelhecimento Populacional em Países Industrializados*, Trabalho de Investigação do 4.º ano, Universidade Nova de Lisboa, Departamento de Antropologia, ano lectivo de 1990/91.
- RIBEIRO, M.ª Raquel, *Jornadas sobre o Envelhecimento da População no Distrito de Lisboa — Perspectivas para os Anos 90*, 26 e 27 de Junho de 1989.

- RITA, M.^a Helena Baganha, *As Relações de Vizinhança são Alternativas à Institucionalização*, Trabalho realizado no âmbito do GEP de Segurança Social, Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa, 4.º ano, 1992.
- RODOLPHE, Ghiglione e Benjamin Matalon, *O Inquérito — Teoria e Prática*, Celta Editores, Oeiras, 1992.
- SILVA, Augusto Santos, *Metodologia das Ciências Sociais*, Biblioteca das Ciências do Homem, Ed. Afrontamento, 1981.
- SPOZATI, Aldaíza, “Serviço Social em Tempos de Democracia”, in *Serviço Social e Sociedade*, n.º 39, Cortez Editora, São Paulo, Agosto, 1992.
- TAVARES, Maria da Conceição, *Introdução à Política Social*
- TINKER, Anthea, “The Eldery in Modern Society”, second edition, *Social Policy in Modern Britain*, General Editor Jo Campling, New York, 1989.
- VÁRIOS, “Envelhecimento Perspectivas Pluridisciplinares” *Psicologia*, Revista da Associação Portuguesa de Psicologia, vol. VI, n.º 2, 1988.
- VÁRIOS, Actas da Conferência Europeia, As Pessoas Idosas e a Família — Solidariedade entre Gerações, Madeira, 23 a 25 de Abril de 1992.
- VÁRIOS, *Revista do Serviço Social*, n.º 2 e 3, Associação dos Profissionais de Serviço Social, Lisboa, Maio-Agosto / Setembro-Dezembro de 1992.
- VÁRIOS, *Seminário para Técnicos que Trabalham com Idosos na Comunidade*, Lisboa, 25 a 29 de Maio de 1987.
- VÁRIOS, *Seminário sobre Segurança Social — Defender e Melhorar a Segurança Social, Assegurar o Futuro*, CGTP-IN, Lisboa, 21 e 22 de Abril de 1994.
- VIDAL, José Álvaro, “As Pessoas Idosas Interpelam o Estado e as Comunidades Locais”, in *Jornadas Lisboa e os Desafios do Envelhecimento*, Lisboa, 17 e 18 de Maio de 1991.